



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

### Ata da 42ª reunião Ordinária

1 No dia quatorze de agosto de dois mil e dezoito, às 16h00min, membros do Conselho reuniram-se na  
2 sede administrativa da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, para a 42ª Reunião Ordinária  
3 deste Conselho, Gestão 2017/2021 com a seguinte pauta: 1) Apresentação do IML – o atendimento  
4 oferecido as mulheres em situação de violência sexual no município de Londrina; 2) Apresentação do  
5 trabalho desenvolvido pelo Programa Rosa Viva no município; 3) Proposta da mesa diretora: mudança  
6 de data das reuniões ordinárias para a terceira terça-feira do mês; 4) Informação sobre a visita da  
7 engenheira a pedido do Ministério Público no espaço físico do CAM; 6) Informes gerais; 7)  
8 Encerramento. Estavam presentes as (os) conselheiras (as): Sandra Aparecida Ferrer, Rosalina Baptista,  
9 Antônia Francisca Araújo; Zilda Maria Cavalarin; Maria Márcia Ferreira, Leila de Castro Murari; Meire  
10 Ellen Moreno; Marselle Nobre de Carvalho; Déborah Flora Barbosa dos Santos, Priscila Alexandra  
11 Colmiran, Luciana Mazzaroto Negrini, Alexander Korgut; Lucimar Rodrigues da Silva Alves e Sirlei  
12 Fortes de Jesus. Participaram também a assessora da SMPM, Elaine Galvão e os representantes do IML  
13 de Londrina, Isabel Cristina Kohler e Dr. Antonio Carlos de Queiroz. Justificaram ausência as  
14 conselheiras: Lindelma, Teresa e Amanda. Dona Rosalina agradece a presença de todos. Leu a pauta.  
15 Meire solicita ponto de pauta para ler a carta escrita pela Amanda representando o Conselho na  
16 Audiência Pública. Márcia solicita ponto de pauta sobre a questão da violência contra a mulher, muitas  
17 assassinadas. Passou-se em seguida para apresentação dos presentes. Dr. Queiroz começou sua fala  
18 dizendo que assumiu o IML há um ano e meio. Disse que por um longo período o IML passou por  
19 grandes dificuldades devido a recusa dos peritos em assumir a função da Diretoria. Comentou que a  
20 construção da nova sede foi uma grande conquista para o município, pois as condições do antigo prédio  
21 eram precárias comprometendo o trabalho e a qualidade do atendimento. Comentou que o Serviço  
22 recebeu também novos equipamentos, mas ainda faltam alguns itens. Porém o problema maior  
23 atualmente é quanto ao quadro de recursos humanos. Recentemente começaram a chamar os  
24 profissionais aprovados no último concurso. Em Londrina são necessários nove legistas mas o Serviço  
25 irá receber somente três. Peritos seriam 16, mas virão apenas oito. Quanto a auxiliares administrativos,  
26 não serão contratados nenhum. Hoje, além do Diretor, o IML de Londrina conta com mais três peritos,  
27 sendo que um está afastado por problemas de saúde e está para se aposentar. Há também os contratados  
28 pelo PSS, sendo, hoje, oito auxiliares contratados, mas o contrato está para ser encerrado. Os que estão  
29 sendo chamados não serão suficientes. Vão assumir a partir do dia 01/09/18, sendo seis auxiliares. Dr.  
30 Queiroz comentou, ainda, que o médico legista tem carga horária de 20 horas semanais. Hoje tem  
31 médico das 06:00 da manhã até as 20:00 horas. Com este horário consegue atender de segunda a sexta.  
32 Após este horário tem uma equipe de auxiliares que cuidam dos encaminhamentos. Destacou que o IML  
33 de Londrina cobre a demanda de 80 municípios. Existe todo um protocolo. O IML só recebe morte  
34 violenta (homicídio/suicídio/violência), morte natural não vai para o IML, sendo uma média de três  
35 quatro mortes violentas por dia. Comentou que hoje há, ainda, a demanda do DPVAT para realização da  
36 perícia e laudo do IML. Que deveria ser feito pelo próprio interessado ou por peritos indicados pelo juiz.  
37 Tem agenda de DPVAT para dezembro de 2019, pois as prioridades são outras. Meire comentou sobre  
38 reclamações recebidas de mulheres que já chegam fragilizadas no Serviço e não recebem acolhimento  
39 adequado, destacando a importância da formação dos profissionais e/ou outras providências para  
40 garantir atendimento humanizado. Quanto a isso Dr. Queiroz informou das providências tomadas em  
41 relação à estrutura física do Serviço na nova sede, sendo: a criação de uma entrada específica para  
42 acolhimento de mulheres e crianças vítimas de violência, num espaço onde inicialmente estava prevista  
43 para capela; uma sala separada para essas vítimas aguardarem atendimento, para não ficarem expostas,  
44 com espaço lúdico para crianças. Comentou, ainda, que ficaram um bom tempo com profissionais  
45 desmotivados pelas precárias condições de trabalho. Com a contratação de novos profissionais estão  
46 iniciando um processo de formação, além da criação de protocolo de atendimentos. Dr. Queiroz chamou  
47 a atenção para o fato de que, em se tratando de violência contra a mulher e criança, há necessidade de  
48 formação de demais profissionais da Rede que muitas vezes fazem encaminhamentos errados. Destacou



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

### Ata da 42ª reunião Ordinária

49 que, no caso de violência sexual, é preciso garantir, em primeiro lugar, o atendimento médico para  
50 prevenção de possíveis agravos e gravidez, podendo a perícia ficar para um segundo momento. Queiroz  
51 informou que houve no ano passado uma tentativa frustrada de parceria com a Secretaria de Estado da  
52 Saúde para preparação dos médicos para dar atendimento inicial dos hospitais, e atuarem como peritos  
53 *ad hoc*, mas a iniciativa esbarra em questões legais, por exemplo, de haver um questionamento da  
54 validade de um laudo não realizado por perito. Além disso, há também resistência por parte de alguns  
55 profissionais em assumir essa atribuição. Outro problema é a necessidade de recursos adequados para  
56 garantir a cadeia de custódia. Encerrando a apresentação do IML, Dona Rosalina agradeceu a presença  
57 do Dr. Queiroz e comentou que o Conselho deve começar a cobrar para que a nova gestão do Governo  
58 Estadual garanta recursos no orçamento de 2019, para fortalecer as políticas de enfrentamento da  
59 violência contra a mulher. Sugeriu o encaminhamento de ofício ao Secretário de Segurança Pública e à  
60 Governadora e para os candidatos ao governo do Estado. Comentou também que é preciso ampliar o  
61 número de peritos e auxiliares, principalmente do sexo feminino. Rosalina sugeriu, ainda, que o CMDM  
62 realize uma visita ao IML para conhecer suas novas instalações. Em seguida passou-se a palavra para  
63 Zandira do Programa Rosa Viva, da Secretaria Municipal de Saúde que iniciou comentando das  
64 mudanças ocorridas nos últimos 12 meses. Esclareceu que anteriormente todos os casos de violência  
65 sexual de Londrina e cidades da região eram encaminhados para a Maternidade. Após tratativas com o  
66 Governo do Estado os Hospitais Zona Norte e Zona Sul assumiram a demanda dos demais municípios  
67 de abrangência da 17ª Regional de Saúde. O Programa Rosa Viva, ficou então com a demanda de  
68 Londrina e Tamarana. Explicou que a Maternidade faz o primeiro atendimento, entra com profilaxia de  
69 IST/HIV/Aids e contracepção de emergência. Fazem os exames na área ginecológica/teste rápido e a  
70 notificação de todos os casos. Tendo outras lesões graves a vítima é encaminhada para o H.U. Nos  
71 últimos 12 meses, 57 casos foram atendidos (de 16/08/2017 à 31/07/2018), a faixa etária é de mulheres e  
72 adolescentes com idade acima de 12 anos. Menores de 12 anos são encaminhadas para o H.U. Informou  
73 que a maternidade conta com apenas dois consultórios de ginecologia e quando não há vaga as vítimas  
74 aguardam na sala da enfermagem. Explicou dos procedimentos quanto ao atendimento ambulatorial. O  
75 primeiro retorno acontece sete dias após o primeiro atendimento, para consulta com o farmacêutico e  
76 retorno com a enfermagem em 30 dias. O Programa não conta com atendimento de serviço social e de  
77 psicologia. Comenta que é realizada também orientação quanto os procedimentos e a importância da  
78 denúncia. Sobre as dificuldades Zandira destacou que muitas mulheres não retornam para os  
79 atendimentos agendados porque o ambulatório só funciona durante o dia e muitas trabalham. Mas não  
80 há como estender o atendimento no período noturno por falta de pessoal. Destacou também a  
81 dificuldade quando são adolescentes que chegam sozinhas no Serviço, ou acompanhadas por alguma  
82 pessoa adulta mas sem documentação. Nesses casos é necessário o acompanhamento do Conselho  
83 Tutelar, mas há dificuldade para que eles respondam prontamente quando são acionados. Dona Rosalina  
84 comentou sobre a questão da importância de uma equipe multidisciplinar e da dificuldade de uma única  
85 enfermagem para atender parto e violência sexual no município. Marselle fala sobre o H.U. que irá  
86 liberar uma nova ala de Maternidade e isso vai ajudar. Zandira argumentou que H.U. atende parto de  
87 alto risco, portanto isso não altera a situação quanto às demandas para a Maternidade Municipal.  
88 Encerrada a apresentação sobre o atendimento do Rosa Viva foi sugerida que seja retomada nas  
89 discussões da rede a atualização dos protocolos e fluxo. Priscilla, da Maternidade Municipal, falou do  
90 trabalho em rede que tem sido intensificado junto à atenção básica. Na sequência, passando para o  
91 próximo ponto da pauta a conselheira Meire leu o documento que vai ser enviado à Câmara  
92 manifestando posição contrária do CMDM ao projeto de emenda à Lei Orgânica que visa proibir  
93 atividades pedagógicas que abordem questões relacionadas aos estudos de gênero nas escolas  
94 municipais. Em unanimidade o documento foi aprovado. Rosalina solicitou que o ponto proposto pela  
95 conselheira Márcia fique para a próxima reunião. Com relação à mudança de datas para as reuniões  
96 ordinárias do Conselho para 3ª terça-feira de cada mês em virtude com choque de agenda com outro



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

### Ata da 42ª reunião Ordinária

97 compromisso da presidente (reuniões do Conselho Estadual de Saúde), a proposta foi aprovada pelos/as  
98 presentes. Nada mais havendo a tratar eu, Lucimar Rodrigues da Silva, segunda secretária, lavrei a  
99 presente ata.